

O JOGO DOS SETE

A palavra regionalismo, para o senso comum, trás consigo duas conotações demasiadamente perigosas. Ao mesmo tempo em que pode mostrar-se como uma idéia de conjunto, de união de forças locais e de afinidade territorial, também pode lembrar o velho corporativismo patrimonialista de uma localidade, trazendo á tona um simbolismo de algo fechado e particular de um determinado território. Embora articulando-se vez ou outra para a busca deste novo regionalismo de conjunto, expressão na qual prefiro chamar de regionalidade, o Grande ABC de hoje ainda carrega o velho regionalismo patrimonialista em seu DNA, fato que torna a busca pela regionalidade ser considerada uma utopia para muitos especialistas sociais. O regionalismo antigo é uma questão que ultrapassa limites simplesmente políticos deste ou daquele município e entra em uma seara de conotações culturais históricas. Primeiramente, a onda separatista municipal que foi dividindo o Grande ABC em sete municípios distintos ocorrido em meados do século XX, o qual teve sua importância política devidamente justificada à época mesmo sendo oriunda de alguns grupos isolados, ainda persiste na mente de muitos agentes públicos e privados de características tradicionalistas, que ainda hoje se encontram presentes nos poderes executivo e legislativo locais. A crença de cidade auto-suficiente, com problemas distintos dos demais vizinhos e soluções ainda mais particulares é ainda muito forte por estas terras de João Ramalho. O agente público local da atualidade, no entanto, não deve limitar-se neste século apenas a questões burocráticas que norteiam juridicamente o dia-a-dia das prefeituras enquanto estrutura de poder, ancorando-se em orçamentos engessados e disputas internas, sob o risco de engessar o pensamento de futuro e comprometer projetos de cunho regional. Pensar o Grande ABC do século XXI ainda com este ideário divisionista do século passado, apenas com o pensamento no próprio território e demasiadamente carregado de regionalismo arcaico, tornou-se algo incompatível com a situação econômica atual dos sete municípios. Deve-se entender que não há mais como São Caetano do Sul viver uma política local individualizada, por exemplo, por vezes torcendo o nariz para os problemas sociais vizinhos. Também não há mais espaço para Santo André pensar um

plano diretor sem ter a menor noção da estrutura dos demais planos diretores de seus conurbados. O mesmo se aplica a todos os outros municípios da região. É evidente que não se têm a pretensão de pregar novamente o reagrupamento dos municípios, criando-se uma nova Santo André da Borda do Campo que delimitasse um novo mapa político local. Todavia, assim como a globalização é algo em que não se pode negar atualmente em decorrência da tecnologia e da velocidade da informação, mesmo na ocorrência de uma ou outra nova divisão política mundial, deve-se assumir a conurbação regional do Grande ABC como algo existente e inevitável, e que se agravará com o passar dos anos em face ao crescimento populacional e ao movimento migratório de características históricas.

Há de salientar ainda, o fato de que os maiores problemas sociais e de infra-estrutura de cada município se localizam justamente nas áreas em que as fronteiras entre eles se confundem, em localidades onde a ocupação avançou sem qualquer planejamento, sem que houvesse por parte dos poderes públicos locais qualquer preocupação com “a terra do vizinho”.

A criação dos diversos órgãos regionais a partir de 1990 foi o primeiro passo e um avanço significativo na busca desta até então utópica regionalidade no Grande ABC. Das quatro instâncias criadas na década de noventa com o objetivo de tratar da regionalidade, sendo elas o Consórcio Intermunicipal, a Câmara Regional, o Fórum da Cidadania e a Agência de Desenvolvimento Econômico do Grande ABC, apesar de ainda sobreviverem de direito, apenas o primeiro e o último deste quadrado ainda não morreram de fato, embora continuem funcionando por aparelhos. São órgãos que, apesar de estarem atingindo sua maioridade, ainda consideram-se na puberdade ideológica de não saber de fato para que propósito foram criados. Estão ainda em devida construção e engatinham na sua institucionalidade, vagarosidade causada indiscutivelmente pela perda irreparável de seu mentor em 2001. Todavia, vale ressaltar que estes órgãos foram instrumentos importantes que contribuíram para o início de uma discussão sobre diversos problemas comuns da região, como, por exemplo, o destino dos detritos sólidos na represa bilings, a importância do pólo petroquímico de Capuava enquanto fomentador do setor plástico, o papel da indústria automobilística local frente à abertura econômica, a forma de deslocamento interno da população e a polêmica discussão sobre

os efeitos da desindustrialização local. As estruturas regionalistas partidárias, tanto do Consórcio como da Agência, relutaram à época em reconhecer a desindustrialização da região como algo que saltava aos olhos em qualquer observação. Ainda que hoje persista o debate sobre a utilização do termo desindustrialização, deve-se atentar ao fato de que praticamente 40% do Produto Interno Bruto da região se perdeu nesta época, principalmente em decorrência da abertura econômica desenfreada de FHC, aliada à comodidade das plantas industriais locais e à inoperância de agentes públicos, que ficaram estáticos frente à avalanche da concorrência externa ao setor de autopeças e à decorrente onda de desconcentração de indústrias. Hoje, quase duas décadas após o Plano Real, o termo desconcentração industrial parece mais apropriado para descrever o que ocorreu na década de noventa. A lacuna criada pela abertura econômica desencadeou que muitas empresas locais procurassem por outros centros urbanos. Porém, a região do Grande ABC não desindustrializou por completo a ponto de perder sua identidade e vocação industrial, daí a desclassificação do termo.

Para que o Consórcio Intermunicipal e a Agência de Desenvolvimento voltem a respirar ares rejuvenescedores e possam retomar seu caminho em busca da regionalidade, basta apenas que o regionalismo seja substituído pela regionalidade. Embora aparente, não se trata de tarefa fácil. A eleição de Lula em 2003, por exemplo, trouxe a esperança de que a institucionalidade regional do Grande ABC, perdida com o assassinato do Prefeito Celso Daniel dois anos antes, viesse à tona em face de proximidade histórica e residencial do novo presidente. A real contribuição da nova Universidade Federal do Grande ABC para a região, também foi outro tema amplamente discutido sob o ponto de vista vocacional. Via-se um novo caminho para que de fato a regionalidade fosse conquistada, utilizando-se a via educacional como forma de se imprimir alta capacitação intelectual e técnica à região, além do desenvolvimento de pesquisas relacionadas à identidade local. Até hoje, apenas a USCS possui, já há dez anos, o curso de Mestrado com área de concentração em gestão para a regionalidade. Tanto para atrelar o Presidente Lula à institucionalidade do Grande ABC, quanto para trazer uma universidade pública local mais próxima à identificação regional, faltou ação dos agentes públicos locais, faltou interesse por definir um projeto conjunto, faltou uma cultura de regionalidade. Nestes

termos, a busca pela regionalidade não pode mais estar unicamente atrelada ao ideário de regionalismo que ainda carrega alguns dos agentes públicos locais. E portanto, não pode continuar unicamente na estrutura fechada do Consórcio Intermunicipal do Grande ABC. Trata-se de um jogo, cujo tabuleiro deve ser aberto também à sociedade civil, para que auxiliem o Consórcio na movimentação dos peões. Este deve ser um jogo com apenas sete peões, porém com quase 2,5 milhões de jogadores, devidamente representados.

Como cerca de 90% das pessoas do Grande ABC se movimentam entre os sete municípios e praticamente todas as instituições representativas da sociedade civil são regionalizadas (sindicatos, meios de comunicação, diocese, etc.), além da vocação econômica de pelo menos cinco dos sete municípios ser muito semelhante, ancoradas em dois grandes setores industriais (petroquímico e automotivo), com todos estes atributos, aliados a órgãos regionais comprometidos e a uma universidade federal aberta à discussão com as entidades da sociedade civil, a regionalidade se tornará um processo menos traumático.

Passadas duas décadas da criação do primeiro órgão regional, se traduz como nova contribuição para a conquista da regionalidade do Grande ABC a criação de uma nova organização formal, preferencialmente sem a ingerência e estrutura financeira ou administrativa de qualquer município. A característica supra-municipal desta nova instância de pesquisa é requisito primordial para que aspectos como a divulgação da ocorrência de uma suposta desindustrialização ou desconcentração industrial, por exemplo, não sejam negadas veementemente por agentes oriundos dos paços municipais, enquanto apenas um passeio pelos municípios poderia negar o fato. Tal preocupação, portanto, tem o objetivo de mapear a região sem a ocorrência de partidarismos ou influências dos poderes públicos, para que esta nova entidade possa pesquisar livremente sobre um novo contexto metropolitano para a região do Grande ABC. A Universidade Federal do Grande ABC, caso avancem os entendimentos de contextualização regional da grade curricular em face à vocação regional, como é o caso de outras universidades federais que têm em seus currículos a relevância local na região que atuam, seria talvez o local apropriado para a instalação deste novo sub-órgão regional que funcionaria como uma espécie de observatório econômico regional, elaborando

pesquisas e atuando para identificação de gargalos logísticos e de infraestrutura das sete cidades, além de definir uma melhor identidade para a região.

Os principais requisitos para a regionalidade no Grande ABC já se encontram à mesa, dispostos sobre o tabuleiro das sete cidades. Bastará, apenas aos agentes públicos e à sociedade civil organizada mover os peões, sempre juntos, sem que haja qualquer preocupação sobre a cor do peão.